

Sem rei, nem tecnocratas

Saint-Simon, que acusam de ter sido pai da tecnocracia, dizia que se o rei e quantos com sua majestade imaginavam governar a França viessem a falecer do dia para a noite, nada se alteraria no país. Se, porém, morressem de repente os técnicos e altos funcionários, seria o caos administrativo na França. Como tal fato não ocorreu, estando vivos o rei e os tecnocratas, sua majestade continuou imaginando governar, quando na realidade quem movia os cordéis eram os burocratas do segundo escalão — pois nem os ministros eram imprescindíveis.

Quando se afirmava, a propósito da administração brasileira, mais especificamente da oligarquia, que o Brasil era governado pelo segundo escalão — que se encarregava do andamento ou não dos papéis, estabelecia regras e mudava leis via regulamentos —, os tecnocratas e seus porta-vozes replicavam dizendo que se estava movendo insidiosa campanha contra a presença salvadora do Estado na economia. Desse ponto de vista, foi bom que o general França Diegues, presidente do Conselho Nacional de Petróleo, só tivesse sabido do aumento dos preços dos derivados de petróleo, na última quinta-feira, depois de essa alteração ter sido autorizada por portaria assinada por subordinado seu — subordinado tanto funcionalmente, é diretor de planejamento do órgão, quanto hierarquicamente na vida castrense, pois é coronel. O presidente do CNP aprendeu que quem pode fazer e desfazer é o segundo escalão, e que a ele, figurativamente na pessoa do rei, só resta aprovar, ou desaprovar ostensivamente, correndo dessa forma o risco de tornar público que as decisões são tomadas sem seu prévio assentimento.

O relevante neste caso do aumento dos derivados de petróleo não é o fato de a

autoridade do “rei” ter sido ultrapassada pela de seu subordinado. Em si, o episódio serve para demonstrar como funciona a burocracia e o jogo de interesses e vaidades burocráticas. Aponta, igualmente, para a circunstância de que embora a Petrobrás alegue estar à mingua por falta de recursos, o presidente do CNP pôde dar-se ao luxo de impedir que ela arrecadasse cerca de três milhões de cruzados novos por dia, de sexta-feira (zero hora) até a segunda-feira (zero hora) seguinte. Mais significativo, porém, nesse episódio, é que ele demonstra de maneira irresponsável que tudo, absolutamente tudo, pode acontecer na administração pública, sem consequências.

O desacerto não se verifica apenas entre o presidente do CNP e seu diretor de planejamento. Existe também entre o general França Diegues e o chefe da Secretaria Especial de Administração de Preços (Seap), teoricamente responsável pelo controle de preços no País. O chefe da Seap queria o aumento para sexta-feira; o general Diegues, considerando que o assunto é da maior relevância, quis cuidar dele com mais atenção, só autorizando o aumento, com pequeno percentual médio acima do permitido anteriormente, no dia que lhe pareceu conveniente.

Quem manda na política de preços em geral? A Seap ou o CNP? Parece que no caso dos derivados de petróleo é o CNP — que pode estrangular a Petrobrás quando e como quiser. Se o ministro da Fazenda não tem autoridade para aumentar os preços dos derivados, e o presidente do CNP pode causar prejuízos formidáveis à Petrobrás, a mais linda gema da coroa das estatais e do nacional-oligarquismo, para que serve o monopólio do petróleo? Ou a Seap? Ou o ministro da Fazenda? Ou o presidente da República, que nesta histó-

ria se parece com o rei de Saint-Simon, que se não existir ninguém lhe sentirá a falta?

A referência a Saint-Simon tem razão de ser não apenas para reforçar a demonstração de que os tecnocratas são importantes no Brasil, e que o segundo escalão é mais importante ainda. Ela vale porque permite iluminar um aspecto extremamente grave da crise que vivemos: os que governam não dirigem; os que dirigem ostensivamente não governam. Entendamo-nos. O presidente da República, o ministro da Fazenda e o chefe da Seap governam. Só que não são capazes de impor uma direttriz à administração. Os burocratas do CNP não governam, mas dirigem a economia do País, na medida em que amparados em um texto legal — lei, decreto, ou portaria — dão de ombros às ponderações do chefe da Seap e mandam na Petrobrás (cujas reservas de caixa fazem altas ou baixas), e mediante esse controle sobre a empresa monopolista, em toda a economia. Isso para não falar dos deputados que não querem o parlamentarismo, pois é mais cômodo esse presidencialismo híbrido em que vivemos.

O País deu-se conta, há algum tempo, de que o rei de fato não governa. Tanto assim que a economia informal cresce todos os dias. Ainda não se capacitou, no entanto, de que os burocratas só mandam porque os que devem governar não dirigem, nem governam. No dia em que a Nação, toda ela, se capacitar de que quanto menos governo, quanto menos Seap, quanto menos CNP existirem tanto melhor será a vida de todos, a crise terá caminhado para solução tranqüila.

Parafraseando Saint-Simon, é necessário construir uma situação em que, faltando o rei e os tecnocratas, a vida da Nação continue igual, senão melhor.